

Política Educacional: uma retrospectiva histórica.

Denise Ferrari Dutra

- A problemática educacional brasileira se coloca nos diferentes momentos históricos, assumindo traços específicos, fazendo-se sentir na política educacional, na estrutura e no funcionamento do sistema educacional.
- Os diferentes momentos históricos são explicitados em três modelos específicos da economia brasileira:

1º) Período Colonial, Império e I República (1500 – 1930).

2º) Fases de 1930 – 1960 / 1945 – 1964.

3º) Fase de 1964 em diante.

O Primeiro Período (1500 – 1930)

- A política educacional deve ser vista à luz da organização econômica e da formação social.
- Modelo econômico agroexportador
 - Produção de produtos primários.
 - Destinados à exportação.
 - Monocultura

* esse modelo era vulnerável e perdurou até 1929 com a crise do café.

- Neste período uma política estatal é quase inexistente.
- Brasil colônia ⇒ sistema educacional montado pelos jesuítas.
- Nesta fase colonial não havia instituições autônomas e sim representações locais do poder da metrópole.
- Sociedade civil praticamente era a igreja.
- Infra-estrutura ⇒ economia agroexportadora.

Reflexões:

- 1) Monocultura latifundiária ⇒ mínimo de qualificação e diversificação da força de trabalho.
- 2) Força de trabalho ⇒ escravos trazidos da África.
- 3) Não havia, portanto, necessidade de reprodução da força de trabalho, por conseqüência, a escola era desnecessária para esta situação:
- 4) Estrutura social ⇒ escravos,
 - Latifundiários e donos de engenho
 - Administradores portugueses
 - Clero

* a reprodução dessa estrutura de classes era garantida pela própria organização da produção.

- A importância da educação nesta estrutura ⇒ reprodução das relações de dominação
⇒ reprodução da ideologia dominante

- As escolas de jesuítas preenchiam perfeitamente essas funções, garantindo portanto a própria reprodução da sociedade escravocrata.

⇒ estas escolas forneciam os quadros de administradores locais, que representavam a coroa, os educadores, os próprios quadros hierárquicos da igreja.

- A Igreja Católica, portanto, assumia a hegemonia da sociedade civil e penetrava na sociedade política através da educação, aparentemente uma arma pacífica.

Colégios e seminários ⇒ centros de divulgações e inculcação do cristianismo e da cultura européia.

IDEOLOGIA DOS COLONIZADORES

Função: Subjugar a população indígena

Tornar dócil a população escrava

- Século XVIII ⇒ expulsão transitória dos jesuítas

⇒ implantação do ensino público oficial, através das reformas pombalinas.

- mesmo com a expulsão transitória, a Igreja preservou sua força na sociedade civil ainda durante o Império e a I República.

- Continuava a controlar as instituições de ensino ⇒ reprodução da ideologia.

ECONOMIA : Agroexportadora (açúcar ⇒ café)

FORÇA DE TRABALHO: escrava SUBSTITUÍDA Imigrantes
PARCIALMENTE

ESTRUTURA SOCIAL: dominados (escravos, imigrantes)
dominadores (latifundiários, administradores, clero)

* não há necessidade de qualificação da força de trabalho imigrante pela escola brasileira, pois ela já vem qualificada para as tarefas que irá desempenhar.

- Com a independência política do Brasil em 1822, a dependência econômica, agora em relação a Inglaterra permanece.
- Surge uma nova demanda ⇒ formação de quadros técnicos e administrativos, para dar continuidade as inovações introduzidas por D. João VI em 1808.
- Independência política ⇒ necessidade de fortalecimento da sociedade política.

Como ⇒ escolas militares

⇒ escolas de nível superior

⇒ instituições não-confessionais

passam a assumir parcialmente a função de reprodução dos quadros dirigentes.

* a função de reprodução ideológica

- necessária ⇒ à submissão das classes subalternas
- ⇒ às relações de dominação
- ⇒ às condições do trabalho explorado

Continua sendo desempenhada, paralelamente, pela IGREJA e por suas ESCOLAS CONFSSIONAIS.

- No fim do Império e começo da República começa a esboçar-se o embrião de uma política educacional estatal.
- Ela é fruto do fortalecimento do Estado sob a forma de sociedade política.
- Até então, a política educacional era feita no âmbito da sociedade de civil, por uma instituição todo-poderosa, a Igreja.

O Segundo Período 1ª Fase (1930 – 1945)

- Fortalecimento das instituições da sociedade política tem relação direta com os aparelhos jurídico e repressivo do Estado.
 - Estes aparelhos serão mediadores do processo econômico (nesta fase a produção do café para o mercado internacional).
 - Atuação do Estado ⇒ entre este mercado (produção e exportação) e os interesses dos cafeicultores paulistas.
 - Estado ⇒ avalizava os investimentos no setor ferroviário.
 - ⇒ contratava os empréstimos para a expansão da produção cafeeira.
 - ⇒ incentivava a imigração da força de trabalho necessária, em decorrência da expansão das lavouras.
 - ⇒ “socializou as perdas” durante a crise de superprodução cafeeira no início da década de 20.
- * O estado comprou o produto excedente com auxílio de créditos externos ⇒ com isso, houve um aumento da dívida externa, já bastante alta em função da importação de bens de consumo.
- Crise mundial de 1929 ⇒ mudanças estruturais ⇒ modelo de substituição das importações.
 - Este modelo foi decorrência da crise cafeeira provocada pela crise mundial.
 - A baixa do preço do café ⇒ capitais de investimentos deslocam-se. ⇒ Outros setores produtivos.
 - Falta de divisas ⇒ restringiu a importação de bens de consumo.
- * Todos estes fatores contribuíram para o FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL, primeiramente concentrada na produção de bens de consumo.
- Essa substituição das importações.
 - ⇒ diversificou a produção.
 - ⇒ relativizou o poder econômico dos cafeicultores.
 - ⇒ fortaleceu outros grupos econômicos ⇒ principalmente uma nova BURGUESIA URBANO

- INDUSTRIAL.

- Com isso houve uma reestruturação global do poder estatal nas duas instâncias da sociedade: política e civil.
- Latifundiários cafeicultores ⇒ forçados a dividir o poder com a nova classe burguesa emergente.
- Esta “divisão” de poder leva ⇒ a uma reorganização dos aparelhos repressivos do Estado.
- Grupos militares (tenentes) + burguesia apóiam Getúlio Vargas em 1930, e que em 1937 implanta o Estado Novo (traços ditatoriais).

A sociedade política subordina a sociedade civil:

- É o que ocorrerá com as instituições de ensino.
- 1930 ⇒ criado o Ministério da Educação e Saúde.

a partir disto são fundadas as primeiras Universidades (pela fusão de uma série de instituições isoladas de ensino superior.

-1934 ⇒ Constituição

é apontado a necessidade de um PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (art. 150a)

- este Plano, deveria coordenar e supervisionar as atividades de ensino em todos os níveis.
 - são regulamentadas as formas de financiamento da rede oficial de ensino em cotas fixas para a Federação, os Estados e Municípios.
 - são fixadas as competências dos respectivos níveis administrativos para os respectivos níveis de ensino.
 - implanta-se a gratuidade e a obrigatoriedade de ensino primário.
 - o ensino religioso é facultativo.
- Grande parte dessa legislação de ensino é absorvida pela constituição de 1937, que acrescenta:
- o ensino profissional (previsto para as classes menos privilegiadas)
 - a obrigação das indústrias e sindicatos em criarem escolas de aprendizagem na área de sua especialização para os filhos de seus empregados e membros.
 - obrigatoriedade de educação moral e política.
 - a implantação, por ordem do governo central, de escolas técnicas profissionalizantes (liceus), em Manaus, São Luís, Vitória, Pelotas, Goiânia, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.
- *Segundo o Ministro da Educação, GUSTAVO CAPANEMA, estas escolas destinavam-se a criar na moderna juventude brasileira, um “EXÉRCITO DE TRABALHO”, para o “BEM DA NAÇÃO”.
- Tem início, portanto, no período que caracteriza o modelo econômico da substituição de importações ⇒ uma tomada de consciência por parte da sociedade política.

Que percebe: a importância estratégica do sistema educacional.

Para quê? Para assegurar e consolidar as mudanças estruturais ocorridas na infra e na

superestruturura.

- A Igreja passa a ter cada vez menos influência sobre o sistema educacional.

⇒ ensino confessional é facultativo.

⇒ redução no número de escolas confessionais, no ensino primário.

Escolas Ano	Nº	Escolas Primarias Estatais e Municipais	Escolas Particulares Confessionais e Não Confessionais
1933		21.726	6.044
1945		33.423	5.908

Escolas Ano	Nº	Rede Oficial	Rede Particular
1933		1.739.613	368.006
1945		2.740.755	498.085

- Esses dados apontam de forma bastante clara que o Estado, enquanto sociedade política passa a tomar conta do sistema educacional transformando-o em um “APARELHO IDEOLÓGICO” ⇒ que possibilita a manipulação das classes subalternas.

Através ⇒ Escolas Técnicas Profissionalizantes

“para as classes menos favorecidas”

- Essa “chance de abertura” tem como, causa as transformações ocorridas na infra-estrutura econômica ⇒ diversificação da produção.

O trabalho em vários ramos da indústria exige maior qualificação e diversificação da força de trabalho.

- O Estado buscou ⇒ interesses Empresa
⇒ necessidades Privada

se propôs ⇒ a assumir o treinamento da força de trabalho.

para ⇒ desenvolver as forças produtivas em benefícios dos diferentes setores privados da indústria.

- É evidente que a classe dominante não fornecerá esta força produtiva. (aristocracia rural, burguesia financeira e a nova burguesia industrial – ascensão –)

⇒ busca formar seus quadros dirigentes em escolas de elite – particulares –
⇒ não se interessa por Escolas Técnicas

- Setores médios e baixos , da burguesia e da pequena burguesia em ascensão.
⇒ buscam, o ensino propedêutico ⇒ para alcançar um título acadêmico.
- O campesinato, com um grande déficit educacional também não fornecerá os elementos que formarão esta nova força de trabalho.
- A classe operária (trabalhadores urbanos e rurais imigrados ao Brasil nas décadas de 20, trabalhadores brasileiros migrados, para os centros, urbanos semi e desqualificados) ⇒ e esta que fornecerá o “exército industrial de reserva”.

Que se formara na “escola para os filhos dos outros”. ⇒ Escolas Técnicas Profissionalizantes

Que não habilita seus egressos, a cursarem escolas de nível superior.

- Reproduz a força de trabalho para o processo produtivo.
- Garante a consolidação, e reprodução de uma sociedade de classes.
- Explicita a dicotomia desta estrutura de classes capitalista em consolidação

“Chance de entrar para Escola Técnica” funciona como “Prêmio aos menos favorecidos”

Na verdade asseguram maior produtividade no setor industrial ⇒ extraíndo parcela maior da mais-valia ⇒ dos profissionais + bem treinados.

*O ESTADO CRIA E FINANCIA AS CONDIÇÕES PARA ESSA EXPLORAÇÃO.

2º Fase (1945 – 1964)

- Economia de substituição de importações iniciada em 1930 e a conjuntura internacional decorrente da II Guerra Mundial produziu o deslocamento do centro de decisões de fora para dentro.
- Com o final da Guerra, este cenário muda significativamente e os laços de dependência econômica que foram se afrouxando no período de 30 a 45, agora se restabelecem.
- De 45 ao início dos anos 60, a fase que se instaura é de aceleração e diversificação do processo de substituição de importações.

- Em nível político ⇒ Estado populista-desenvolvimentista.

Aliança +- instável entre:

- Empresariado nacional
- Setores populares (manipulados pelos 1^{os})

X

Antigas oligarquias

CAPITAL ESTRANGEIRO ⇒ novo protagonista do processo de substituição das importações.

Em um primeiro momento não é visto como inimigo do PROJETO NACIONAL – DESENVOLVIMENTISTA.

- aparentemente não era desnacionalizante.
- não haveria expropriação de áreas já ocupadas pelo capital nacional.
- a idéia era de que abriria novas frentes de investimento substitutivo.

- Passado o período de euforia ⇒ PACTO POPULISTA começa a fragmentar-se.

Pressões distributivas X Manutenção de mais lucratividade

Mais necessidade de acumulação.

- Classes Médias, Profissionais liberais, forças armadas ^{pauperizadas pela inflação} excluídas dos processos decisórios do Estado Populista.

- Capital Estrangeiro ⇒ descontentamento com o modelo político vigente.

Democracia liberal mais ou menos clássica ^{permite} Participação das massas.

Esta situação constitui-se numa barreira ao projeto de expansão e de gradual absorção do mercado interno.

- Este período se caracterizou pela coexistência contraditória de:
tendência populista X tendência antipopulista

- Política Educacional ⇒ se reduz praticamente à luta em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional à campanha da Escola Pública.
- Constituição de 1946 fixava a necessidade da elaboração de novas leis de diretrizes e bases.
- Reorganização econômica brasileira no cenário internacional obriga reformulação das escolas.
- Com o fim da II Guerra (1945) instaura-se um longo período de transição econômica, política, social ⇒ portanto, a legislação educacional também passa por identificações.
- LDB ⇒ 4024/61 (20/12/61)
 - expressão das preocupações populistas.
 - procura atender algumas ambições das classes subalternas.
 - estendeu a rede escolar gratuita (primário e secundário).
 - possibilitou a equivalência de cursos de nível médio (inclusive o técnico) e transferência do aluno de um ramo para o outro, mediante prova de adaptação.
 - inovação ⇒ reduzir ao máximo o controle da sociedade política sobre a escola, restituindo-a, como instituição privada, à sociedade civil.

através dos seguintes tópicos:

1º) direito e dever dos pais de educarem seus filhos.

2º) educação seja predominantemente ministrada em instituições particulares e somente de forma complementar pelo Estado.

*Este projeto defendia que o Estado financiasse a rede particular, mas não a fiscalizasse.

- gratuidade do ensino fica omissa.
- dissolução da dualidade anterior do ensino (propedêutico / profissionalizante).

TEXTO 2 – A Realidade educacional gerada pela LDB (4024/61)

A Política Educacional de 1964 até os dias atuais.

- Início da década de 60, o Brasil vivia uma séria contradição entre:

⇒ ideologia política = nacionalismo

⇒ modelo econômico = se internacionaliza

Golpe militar 64 ⇒ opta, pelo, capital estrangeiro e liquida de vez com o nacional – desenvolvimentismo.

modelo concentrador de renda / arrocho salarial para o trabalhador

êxodo rural

empobrecimento

fortalecimento do poder executivo

fragilização do legislativo

- Promulgada a nova Constituição

- A partir de 68 ⇒ recrudescimento da repressão.

- 1969 ⇒ início da guerrilha urbana

- Os reflexos imediatos sobre a educação se referem à reestruturação da representação estudantil.

- A situação é explosiva tanto na sociedade civil quanto na sociedade política.
 - ⇒ AI-5 (retira garantias individuais, públicas ou privadas e concede ao presidente da República plenos poderes para atuar como executivo e legislativo).
 - ⇒ Decreto-lei nº 477/69 (aplicado aos professores, alunos e funcionários das escolas, proíbe-lhes toda e qualquer manifestação de caráter político).
- A política educacional ⇒ reordenação das formas de controle social e político, usará o sistema educacional para assegurar este controle.
- A educação estará a serviço, novamente dos interesses econômicos.

A partir disso desenvolve-se uma reforma autoritária, vertical, domesticadora, que visa atrelar o sistema educacional ao modelo de desenvolvimento econômico dependente, imposto pela política econômica norte-americana para a América Latina.

Pilares da reforma:

- 1) educação e desenvolvimento ⇒ formação de profissionais (mão-de-obra especializada*) para atender as demandas de um mercado em expansão. *barata / meros executores.
- 2) educação e segurança ⇒ introdução da Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudos de Problemas Brasileiros. *imposição da ideologia.
- 3) educação e comunidade ⇒ relação escola e comunidade (conselhos de empresários e mestres) *inferência da empresa na escola.

A institucionalização do MOBRAL

⇒ Movimento Brasileiro de Alfabetização.

⇒ Medida de cooptação e contenção do operário.

⇒ Começou a funcionar em 1970.

* É a primeira vez que o governo se encarrega de implantar um movimento que alfabetize a força de trabalho e que esta alfabetização assume caráter ideológico e visa de forma tão explícita inculcar no operariado os valores do capitalismo autoritário.

A reforma universitária

- Lei nº 5540/68 ⇒ reforma o ensino superior.
- Extingue a cátedra.
- Departamentaliza.
- Aglutina faculdades em universidades para melhor aproveitamento de recursos materiais e humanos, tendo em vista mais eficácia e produtividade.
- Institui o curso básico.
- Estabelece cursos de curta e longa duração.
- Matrícula por disciplina – sistema de créditos.
- Nomeação de reitores e diretores de unidades (não “necessita” ser docente universitário).
- Perda da autonomia universitária.
- Despolitização.

A reforma do 1º e 2º Graus

- Lei nº 5692/71 ⇒ reforma o ensino de 1º e 2º Graus.
- Obrigatoriedade escolar – 8 anos.

- Gratuito.
- Redução do ensino médio – 3 a 4 anos.
- Profissionalização do Ensino Médio.
 - A reforma teve um caráter tecnocrático, onde eficiência e produtividade se sobrepõem aos valores pedagógicos.
 - A pretensa neutralidade técnica, que propõe administração e planejamento “despolitizados” camufla e fortalece estruturas de poder, substituindo a participação democrática, pela decisão de poucos.
 - Por volta de 1980 já era amplamente reconhecido o fracasso da implantação da reforma.
 - Lei nº 7044/82 ⇒ dispensou as escolas da obrigatoriedade da profissionalização, voltando a ênfase para a formação geral.
 - A partir de 1985 ⇒ 1º Governo civil depois da ditadura.
 - Na Constituinte 87/88, a questão referente à escola pública foi um dos focos mais acirrados da discussão.
- **Pontos importantes da Constituição de 88.**
 - Gratuitude do ensino público.
 - Ensino fundamental obrigatório e gratuito.
 - Autonomia universitária.
 - União aplicará, anualmente nunca menos de 18%, e os Estados, Distrito Federal e Municípios 25% no mínimo, da receita resultante de impostos.
 - A lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação visando a articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público.

⇒ LDB nº 9394/96 " completou os princípios estabelecidos na Constituição de 1988.

- é uma lei mais indicativa do que prescritiva.
- deixou muita coisa em aberto, provavelmente para viabilizar as ações do MEC.
- com ela a educação pode ficar aquém, além ou igual à situação atual.

A Política Educacional ao nível do Planejamento

- técnica do planejamento ⇒ recente
- Plano Trienal:
 - Celso Furtado
 - 1962
 - para o governo de João Goulart.
 - apontava a necessidade da formação de recursos humanos para a promoção do desenvolvimento.
 - indica a necessidade do planejamento educacional como parte integrante do planejamento global.
- A partir de 64 ⇒ técnica do planejamento procura dar à política estatal um cunho “científico – tecnocrático”.
- O planejamento educacional é uma forma específica de política educacional que faz parte da política e do planejamento (econômico) global.

